

Ata nº 11/2019

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezenove, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência do vereador Gilmar Lopes de Souza, os vereadores Isabel de Oliveira Elias, Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, José Sérgio de Carvalho, Jucimar Borges da Silveira, Loreno Feix, Sandro Drum e Teodoro Jair Dessbessel. Registrou-se a ausência do vereador Gelso Soares de Brito, que estava em viagem a Porto Alegre. O Presidente solicitou à secretária Jane que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Posteriormente a secretária fez a leitura da Ata nº 10/2019 que foi posta em discussão, votação e aprovada por unanimidade. A secretária fez a leitura do Ofício da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social nº 96/2019 – Solicita uso da tribuna. O presidente abriu espaço para a tribuna onde a psicóloga do Centro de Referência para Crianças e Adolescentes de Salto do Jacuí, Carine CellaDallazen, fez esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 2512, de 29 de março de 2019, que visa à ampliação temporária de servidores da Casa de Passagem de nosso município. Na sequência a secretária fez a leitura do Ofício do Poder Executivo nº 127/2019 – Encaminha Projetos de Lei nº 2512 e 2513/2019. A secretária fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2507, de 01 de março de 2019 - Autoriza o Poder Executivo Municipal criar cargos e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões. A secretária fez a leitura da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei. Posteriormente o presidente colocou em discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 2507/2019 com a respectiva Mensagem Retificativa, foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Projeto de Lei do Executivo nº 2508, de 01 de março de 2019 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar por tempo determinado, por excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal e art. 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras

providências, foi concedido vistado Projeto à vereadora Isabel de Oliveira Elias. A secretária fez a leitura do Pedido de Informações nº 7/2019 – Vereadores Gilmar Lopes de Souza e Jane Martins – Sobre a situação do contrato do Hospital Dr. Aderbal Schneider. Solicitam: 1) Qual a posição da Prefeitura sabendo que já foram feitos vários aditivos ao contrato? 2) Porque a nova licitação ainda não foi feita, tendo em vista que o término do contrato é em início de abril? 3) A Prefeitura tem intenção de assumir a gestão do Hospital? 4) Caso a Prefeitura assuma o Hospital as cirurgias continuariam ocorrendo em Salto do Jacuí? 5) Qual o custo aos cofres públicos? 6) É mais viável financeiramente a Prefeitura assumir a gestão do Hospital ou terceirizar o serviço? O Pedido de Informações foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. A secretária fez a leitura do Pedido de Informações nº 8/2019 - Vereador Gilmar Lopes de Souza – Tendo em vista que já se passaram 60 dias da proposta do Presidente do Legislativo em devolver 30 mil reais ao Executivo para o conserto da patrola. Solicita: 1) Porque ainda não foi concluída a licitação para contratar a empresa para o conserto da patrola? O Pedido de Informações foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. O presidente baixou nas Comissões o Projeto de Lei do Executivo nº 2512/2019 e suspendeu a sessão por alguns minutos para reunião das Comissões e emissão dos pareceres. Reaberta a sessão, a secretária fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2512, de 29 de março de 2019 - Autoriza o Poder Executivo municipal a ampliar vagas referentes ao Processo Seletivo 001/2019 da Secretaria de Ação Social e contratar por tempo determinado, por excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal e art. 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências, que veio com parecer favorável das Comissões, foi posto em discussão, votação e aprovado por seis votos, o vereador Sandro votou contra. Está baixado nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2504, de 28 de

fevereiro de 2019 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) e dá outras providências. Está baixando nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo n° 2513, de 29 de março de 2019 - Autoriza a contratação emergencial temporária, na forma do artigo 37, IX da Constituição Federal e artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências. Não houve tribuna parlamentar. Nada mais havendo a se tratar, às vinte horas e trinta e cinco minutos, o Presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: